

# A POTENCIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS BIOPOLÍTICAS PELA TECNOLOGIA: NOVAS PRODUÇÕES DO CORPO E GÊNERO FEMININO

## BIOPOLITICAL PRACTICES POTENTIALIZED BY TECHNOLOGY: NEW CONSTRUCTIONS OF THE FEMALE BODY AND GENDER

### Resumo

O objetivo deste trabalho é fornecer uma análise crítica com relação às práticas biopolíticas direcionadas à produção do corpo e gênero feminino, que são intensificadas pela criação e desenvolvimento de artefatos tecnológicos aplicados diretamente à população, visando seu controle e normalização. Para isso, o texto transita pelos argumentos do feminismo junto à genealogia do poder de Michel Foucault para compreender a posição do indivíduo feminino dentro de uma esfera de poder cujo principal objetivo é inseri-lo dentro de um jogo de poder sobre sua vida e suas características biológicas. Em um segundo momento, uma revisão dos argumentos fornecidos pelo campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) é necessária, com atenção especial à construção social e à teoria crítica da tecnologia na tentativa de verificar o papel social exercido pela tecnologia e sua não-neutralidade. Na medida em que o controle e normalização do feminino é auxiliado pela tecnologia, este sujeito é inserido no espaço de segurança proposto pela biopolítica, no qual seu corpo e gênero são consolidados como instrumentos úteis ao governo e manutenção da população.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Feminismo. Michel Foucault.

### Abstract

This paper aims to furnish a critical analysis of bio-political practices focused on the production of the female both body and gender, which are intensified by the creation and development of technological artifacts applied directly to the population, aiming at control and normalization. For this, the text transits feminist arguments along with Michel Foucault's genealogy of power to understand the female's position inside a power sphere whose main purpose is to insert her into a game of power over her life and her biological characteristics. Secondly, a revision of the arguments provided by the Science, Technology and Society (STS) field is required with special attention to social construction and to the critical theory of technology, in an attempt to verify the non-neutral social role played by technology. Insofar as control and normalization of women is promoted by technology, she is inserted into the secured space as proposed by *biopolitics*, where her body and gender are consolidated as useful instruments to govern and maintain the population.

**Key words:** Biopolitics. Science, Technology and Society. Feminism. Michel Foucault.

---

### Daniele Cristina Guizzo

Mestranda em Políticas Públicas. Universidade Federal do Paraná. email: guizzo@ufpr.br.

### Noela Invernizzi

Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. email: noela.invernizzi@gmail.com.

## Introdução

A inauguração de uma nova tecnologia de poder no século XVIII, a biopolítica<sup>1</sup>, introduz um novo grupo de saberes que auxiliam no controle e manutenção da população na tentativa de assegurar aos homens sua vida, produtividade e felicidade, reconduzindo suas relações com o soberano. Neste aspecto, a sexualidade se constitui como um importante dispositivo<sup>2</sup> de controle e normalização dos indivíduos por desempenhar não uma função de repressão da população, mas por promover um regramento de sua vida sexual por meio de novos elementos da *scientia sexualis*, que engloba práticas médicas, discursivas e morais.

Inserido dentro desta nova economia de poder, o indivíduo feminino se torna um dos alvos das novas estratégias de normalização no final do século XVIII e início do XIX, em que se aumenta a preocupação com seu corpo e saúde ao mesmo tempo em que se constroi socialmente a figura da mulher, tomada não a partir de suas características biológicas, mas de um discurso que ressalta sua condição de gênero<sup>3</sup> culturalmente construída ao focar, por exemplo, a questão da reprodução e do trabalho doméstico como exclusivos da responsabilidade feminina.

Esta dinâmica de poder que se instaura é auxiliada, em grande parte, pela tecnologia, que desde os séculos XIX e XX vem reforçando o controle e a normalização do sujeito feminino por meio de artefatos tecnológicos que afetam sua reprodução,

produtividade e papel social. A discussão proposta tanto pela construção social quanto pela teoria crítica da tecnologia auxiliam na compreensão destes fatos, destacando principalmente o papel social e político desempenhado pela tecnologia, além de sua não-neutralidade, que gera tendências e valores quando ela é criada dentro de certos contextos e grupos sociais.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar a construção do corpo e gênero feminino no contexto biopolítico proposto por Michel Foucault, no qual a tecnologia reforça as condições de subordinação e segregação do indivíduo feminino assumidas pelas análises feministas. Para isso, o texto está estruturado da seguinte forma: introdução do referencial foucaultiano acerca da biopolítica, com foco para o dispositivo da sexualidade como motivador das novas técnicas de controle e normalização dos indivíduos; apresentação dos argumentos feministas acerca da construção do corpo e gênero feminino, além de seus impactos na produção da *mulher* dentro de uma matriz heterossexual binária; revisão dos principais argumentos acerca dos estudos do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (de aqui em diante denominado CTS) com foco para a construção social defendida por Pinch e Bijker (2008), e para a teoria crítica da tecnologia proposta por Feenberg (2002); investigação sobre o reforço das práticas biopolíticas possibilitadas pela tecnologia e focadas no corpo e indivíduo feminino, e, finalmente, as considerações conclusivas pertinentes ao tema.

## A genealogia foucaultiana: Estudos sobre a biopolítica e a sexualidade dos séculos XVIII e XIX

Assume-se que a fase genealógica de Foucault corresponde àquelas obras dedicadas à análise das formas de exercício do poder (Castro, 2009), em que seu objetivo é explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes (Machado, 2009). O saber, neste

1 A biopolítica é definida pela entrada das características biológicas fundamentais da espécie humana em uma estratégia política, ou seja, a estatização da vida biologicamente considerada (Foucault, 2008).

2 Compreende-se por dispositivo uma rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos que desempenham uma função estratégica no exercício do poder, nas práticas discursivas e não-discursivas e na produção do saber e da verdade.

3 Seguindo a tese inaugurada por Beauvoir (2010), Butler (2010), Mathieu (2009) e Scott (1995) separam a diferenciação biológica da social no que diz respeito à fêmea. Neste aspecto, a *mulher* é constituída pela fêmea biológica que carrega características sociais, culturais e históricas, construindo, assim, o *gênero* feminino.

contexto, caracteriza-se como a peça-chave das relações de poder, e serão os poderes que explicarão a produção dos saberes na análise genealógica.

Diferentemente das análises tradicionais propostas pela filosofia política, que limitam ao Estado sua investigação do poder, a análise genealógica foucaultiana produz um importante deslocamento ao assumir, inicialmente, o papel do Estado como secundário nas relações existentes entre os micropoderes, já que os poderes não estão localizados em nenhum ponto da estrutura social, mas dissipados nela na forma de uma rede de dispositivos.

A inclusão da analítica foucaultiana acerca da coletividade insere o papel do Estado no patamar de condutor de políticas específicas focadas na espécie humana como sujeito político, representado pela figura da população<sup>4</sup>. Historicamente, para Foucault (2003: 128) o poder soberano exercia sobre os súditos um direito sobre a vida e a morte, ou seja, o direito de causar a morte ou de deixar viver pela apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida. A partir dos séculos XVII e XVIII, ocorrem transformações profundas nestes mecanismos de poder, passando dos “confiscos” para as ordenações, gestões e regulações, excluindo o direito do soberano sobre a morte para garanti-lo sobre a vida. A nova constituição desta aplicação do biopoder está baseada em dois pólos principais: um no século XVII, pela anátomo-política do corpo humano individualizado por meio das disciplinas de adestramento e controle; e outro no século XVIII, pela biopolítica da população por meio da organização do poder sobre a vida e seus processos biológicos (nascimento, morte, proliferação, saúde) (Foucault, 2010). Ele argumenta:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se

4 A figura da população desempenha um papel central na análise proposta por Foucault, uma vez que representa o foco direto das tecnologias governamentais na Modernidade. A expansão demográfica na Europa do século XVIII deu à população um caráter de realidade específica, gerando uma ampla produção teórica de conhecimentos voltados ao estudo e governança desta população representados, por exemplo, na estatística e na economia política (Castro, 2009).

aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (Foucault, 2005; 289)

A nova tecnologia de poder que emerge no século XVIII, a biopolítica, introduz um novo grupo de saberes que auxiliam no controle e manutenção das vidas da população, como a estatística, a demografia e políticas de natalidade. Neste sentido, a população emergirá não apenas como um problema político, mas como um problema biológico, científico e de poder, reconstituindo a noção de população e suas relações com o soberano (Foucault, 2005).

Dentro deste novo contexto, a análise do dispositivo da sexualidade se torna relevante pelo fato de, nos séculos XVIII e XIX, criar-se uma *scientia sexualis* que corrobora a prática biopolítica, já que, para Foucault (2010: 32) é necessário para a manutenção do poder do Estado analisar a população a partir de alguns dados como sua taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e frequência das relações sexuais, o efeito do celibato e das práticas contraceptivas. Cria-se, ainda, uma série de políticas do sexo sobre a vida, que se constituem de quatro estratégias globais de dominação: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização dos prazeres perversos. É sob esta perspectiva que se deve romper com a hipótese repressiva da sexualidade e se enfatizar a normalização e a utilidade dos corpos por meio de uma construção de aparelhagem e economia própria (Foucault, 2010).

Especificamente no caso da histerização do corpo da mulher, Foucault (2010: 115) afirma surgir um processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado como corpo integralmente saturado de sexualidade, integrado ao campo das práticas médicas e posto em comunicação com o corpo social (pela responsabilidade da fecundação), com o espaço familiar e com a vida das crianças (pela responsabilidade biológica e moral). Neste processo, o corpo feminino se torna um *locus* do exercício dos micropoderes, que investem, modelam e constroem novos corpos sexuados e, também, novas produções de gênero (Swain, 2000).

Sendo assim, a inauguração das práticas biopolíticas nos séculos XVIII e XIX reconduz as práticas do Estado para com a população de forma a incluí-la em seus objetivos políticos a partir de suas características biológicas. Dentro desta nova dinâmica o indivíduo feminino também se torna um alvo político ao ser incluído nesta nova esfera de poder, que lhe atribui funções específicas pensadas tanto a partir de seu corpo biológico quanto de seu papel social, reforçando o dispositivo da sexualidade e originando novas tecnologias de produção do gênero.

### **Corpo e gênero feminino: Argumentações acerca da formação da *mulher***

As investigações acerca do indivíduo feminino e sua construção são inicialmente tratadas na análise existencialista<sup>5</sup> de Beauvoir (2010), que desafia a universalidade do sujeito ao propor a dicotomia Sujeito/Outro, em que o homem se coloca na posição de Sujeito por pensar em si e na sua totalidade sem a existência do Outro, enquanto que a mulher está na posição do Outro por não assumir a própria existência

5 Segundo Abbagnano (2007: 468) o Existencialismo se caracteriza por um conjunto de correntes filosóficas cuja marca comum não são os pressupostos e as conclusões, mas o instrumento de que se valem: a análise da existência, que é a análise das situações comuns ou fundamentais em que o homem vem a encontrar-se.

sem o Sujeito, o homem (Beauvoir, 2010).

Na visão pós-moderna de Butler (2010: 26), Beauvoir ao assumir que a mulher não nasce, mas se torna uma, a visão de gênero implica em uma construção, o que resulta em certo determinismo com relação aos corpos, compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Assim, Butler (2010: 24) propõe que se deve ir além das categorias binárias propostas pela matriz heterossexual, ampliando a noção de gênero assim como a definida por Scott (1995: 75): uma forma de indicar certas construções culturais que implicam em uma criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres, referindo-se, portanto, às categorias sociais impostas sobre os corpos sexuados em determinada situação histórica e cultural.

Junto a esta argumentação, questiona-se também o emprego do termo *mulher* para designar os indivíduos fêmeas no sentido biológico. Para Mariano (2005: 487), adotar o emprego de *mulher* reflete em uma ação globalizante, normativa e excludente, que ignora outras dimensões e define padrões de comportamento e de conduta que rejeitam as diferenças dos sujeitos sociais.

A crescente preocupação com as diferenças biológicas e sociais entre masculino e feminino, que é derivada das ações biopolíticas, começa a se instaurar no século XVIII, em que o corpo masculino é comumente assumido como superior ao feminino, que está destinado à missão passiva da maternidade. Neste sentido, os estudos médicos reforçaram o novo padrão excludente ao associar as doenças das mulheres à expressão de sua própria natureza, considerada instável e histérica (Rohden, 2009). O desenvolvimento da ginecologia e dos estudos do comportamento feminino no século XIX marca a intensificação das práticas médicas sobre o corpo, conforme Rohden argumenta:

Ao mesmo tempo que trata dos problemas relativos à mulher e à reprodução, a ginecologia desenha os

parâmetros para a distinção entre os sexos – que passa, sobretudo, pelo atrelamento da mulher à função reprodutiva, diferentemente do homem. Se recorrermos às definições expressas em alguns dicionários, veremos como, mesmo mais recentemente, aparece com clareza a idéia de que a ginecologia é uma ‘ciência da mulher’ em sentido amplo, como se a mulher precisasse, mais uma vez em contraste com o homem, ser objeto das mais atentas investigações. (Rohden, 2009: 49)

Tem-se, dessa forma, a consolidação do corpo e gênero femininos justificados erroneamente pelas diferenças biológicas e sociais. Mathieu (2009: 223) relaciona esta diferenciação biológica com o reforço do gênero nas sociedades humanas: ao se atribuir aos dois sexos biológicos funções diferentes no corpo social, o gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção; e na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e exarcebadas por intervenções sociais.

Portanto, o reforço da condição do gênero feminino é atribuído a fatores sociais, culturais e históricos que enfatizam a dicotomização dos sexos, estabelecendo um paradigma de *mulher* tomado a partir de suas características biológicas e funções sociais. Contudo, estudos propostos por autores como Keller (1995) destacam também o papel dos mapas cognitivos e discursivos na formação do gênero com ênfase especial à ciência e à tecnologia, inaugurando um novo campo de pesquisas denominado *gender and science*. Nele, pode-se verificar de que forma o discurso científico e tecnológico materializam as diferenças propostas pela teoria feminista e perpetuam padrões e estereótipos femininos em artefatos tecnológicos, sendo um instrumento útil à manutenção do biopoder nas sociedades ocidentais.

## **Construção social e teoria crítica da tecnologia: Concepções teóricas acerca da ciência, tecnologia e sociedade**

Uma prévia revisão do campo CTS será necessária antes da introdução dos estudos específicos em *gender and science*, como propostos por Keller (1995), Wajcman (1995) e Oudshoorn (1999). Os estudos CTS se destacam por sua amplitude interdisciplinar, emergindo como um campo acadêmico nos Estados Unidos dentro do contexto pós-guerra das décadas de 1950 e 1960, junto a movimentos sociais sofisticados que romperam com antigas barreiras ideológicas ao questionarem os supostos benefícios da tecnologia (Cutcliffe, 2003).

A necessidade da interdisciplinaridade é enfatizada por Cutcliffe (2003: 06), que auxilia no entendimento não apenas dos benefícios óbvios da tecnologia científica, mas também nos efeitos colaterais previamente ignorados. Transitando entre a exclusividade do campo científico e de engenharia, tem-se na década de 1980 uma maior valorização do conteúdo social presente na análise da ciência e da tecnologia, em que abordagens sobre o construtivismo social da tecnologia passaram a permear os debates científicos. Assim, a missão do campo CTS é convergir o processo de interpretação social da ciência e da tecnologia, vistas como entidades complexas em que valores culturais, políticos e econômicos auxiliam a moldar o processo tecnocientífico (Cutcliffe, 2003). Ou, como definem Bazzo et al. (2003: 119), o campo CTS procura investigar os aspectos sociais da ciência e da tecnologia, tanto no que diz respeito aos fatores sociais que influenciam as mudanças tecnológicas quanto às consequências sociais e ambientais.

Entretanto, nota-se uma heterogeneidade nos estudos CTS com relação às diferentes tradições analíticas. Especificamente, a tradição europeia enfatiza a construção social da tecnologia, ou a *social construction of technology*<sup>6</sup> (de aqui em diante

6 Sismondo (2008: 14) reforça três suposições assumidas pela

denominada SCOT), que parte da premissa de que o desenvolvimento tecnológico pode ser definido como um processo de variação e seleção, que em si são acontecimentos sociais (Bazzo et al. 2003).

Pinch e Bijker (2008) são considerados por Sismondo (2003: 16) referências na rejeição do determinismo tecnológico ao argumentarem que o sucesso de uma tecnologia depende da força e tamanho dos grupos que a promovem, enfatizando o papel dos *grupos sociais relevantes*<sup>7</sup>. Os autores (2008: 25-40) reforçam a produção social e cultural da ciência e da tecnologia, em que a tomada de um modelo multidirecional de análise com base na variação e seleção justifica a ascensão ou queda de determinadas tecnologias. Neste sentido, a exclusão de certos grupos sociais ao acesso de um artefato pode influenciar no seu fracasso ou na sua adaptação, uma vez que estes grupos também representam poder e força econômica.

Junto ao papel dos grupos sociais, deve-se destacar a não-neutralidade e o caráter crítico da tecnologia como complementares ao estudo CTS. A proposta de Feenberg (2002: V) rejeita a neutralidade e o determinismo tecnológico ao afirmar que as escolhas da tecnologia têm implicações políticas ao incorporar valores de certas sociedades, defendendo uma teoria crítica da tecnologia que enfatize a democratização das instituições técnicas. Isto se deve ao fato de que a degradação do trabalho, da educação e do meio ambiente não está enraizada na tecnologia em si, mas nos valores antidemocráticos que governam o desenvolvimento tecnológico, tornando o desenho da tecnologia uma decisão ontológica (Feenberg, 2002). Uma sociedade desejável deveria, portanto,

---

construção social: i) a ciência e a tecnologia são essencialmente sociais; ii) elas são ativas na construção; e iii) elas não fornecem uma rota direta da origem às ideias sobre a origem, enfatizando que os produtos da ciência e da tecnologia não são em si naturais, mas sociais.

<sup>7</sup> O conceito de *grupo social relevante* denota desde instituições e organizações até grupos de indivíduos organizados ou desorganizados, desde que compartilhem o mesmo conjunto de significados e vínculos com um artefato específico (Pinch & Bijker, 2008).

umentar as liberdades pessoais de seus membros ao mesmo tempo em que os torna aptos a participarem das atividades públicas.

Apresentando uma alternativa para as teorias instrumental e substantiva<sup>8</sup>, Feenberg defende sua teoria crítica (2002: 13) como uma nova possibilidade de análise sobre como a tecnologia pode ser redesenhada para atender as necessidades da sociedade. Por a tecnologia ser uma expressão dos atores sociais<sup>9</sup>, os valores e interesses hegemônicos são refletidos de forma invisível no desenho de novos artefatos a partir dos denominados *códigos técnicos*, que fornecem soluções técnicas coerentes para a realização de determinados interesses, tornando-se autoevidentes e universalmente aceitos (Feenberg, 1995 e 2002).

O papel da teoria crítica, ainda, é de fornecer uma discussão mais ampla sobre a tecnologia e a modernidade. Cabe à ontologia holística de Feenberg abordar novas possíveis interpretações acerca da totalidade dos sistemas humanos e naturais, que auxilia na compreensão das influências políticas desempenhadas pela tecnologia. Para isso, o filósofo assume (2002: 175-176) uma análise em duas fases: a primeira, da tecnologia em si, separada da vida cotidiana, e a segunda, da orientação desta tecnologia para a sociedade, reapropriando aspectos do contexto em que está inserida. Assim, a teoria crítica da tecnologia expõe os obstáculos do lançamento do potencial integrativo da tecnologia, promovendo uma conexão entre o discurso técnico e político.

Outra proposta discutida por Feenberg (1995: 04-05) é a democratização da tecnologia, que deveria ser enfatizada pelos pesquisadores CTS na medida

---

<sup>8</sup> Feenberg (2002: 05-07) assume a teoria instrumental como a visão mais aceita acerca da tecnologia, baseada no fato de que as tecnologias são “instrumentos” neutros e indiferentes aos meios para os quais é empregada. Já a teoria substantiva nega a neutralidade tecnológica e destaca seu controle exercido na sociedade, além de propor a tecnologia não como um meio, mas um ambiente e uma forma de vida substantiva.

<sup>9</sup> Empresários, técnicos, consumidores, líderes políticos e burocratas governamentais são qualificados como atores (Feenberg, 1995).

em que as tecnologias, assim como as instituições, são expressões sociais e refletem certos interesses particulares que se elevam a partir do momento em que a tecnologia se torna mais presente no cotidiano da vida dos indivíduos. Para que o processo democrático se torne efetivo, deve-se permitir uma entrada igualitária aos atores que carecem de capital financeiro, cultural ou político para terem acesso ao processo de desenho dos artefatos para garantir uma representação adequada de interesses atualmente desvalorizados, uma vez que os conflitos são centralizados e o controle do desenho, elitizado (Feenberg, 1995).

Uma proposta particular de democratização da tecnologia está localizada nos estudos *gender and science*, dentre os quais Keller (1995: 86) destaca o uso de gênero na construção científica de sujeitos e objetos que se localizam abaixo e além da esfera individual humana. Os estudos CTS feministas podem ser enriquecidos em grande parte pelo construtivismo social e pela teoria crítica de Feenberg (2002), na medida em que partem de padrões culturalmente construídos que podem ser alterados ou reforçados pela ação tecnológica não-neutra, fundada em interesses de certos atores e grupos sociais. Assim, os exemplos e os argumentos que reforçam a ideia da tecnologia como um instrumento de dominação do corpo e gênero feminino para fins biopolíticos são necessários para um melhor aprofundamento no tema.

### **Práticas tecnológicas biopolíticas focadas no sujeito feminino: Um olhar complementar ao campo *gender and science***

A maneira como as ideologias contribuem para a construção do conhecimento científico é inicialmente questionada por Sismondo (2003: 14), e a vertente feminista dos estudos CTS busca não apenas seguir com este tipo de análise, mas dar um novo enfoque à participação feminina dentro da esfera da tecnociência. Keller (1995: 86) afirma que o campo *gender and*

*science* é dividido em três especificidades principais: mulheres na ciência; construções científicas da diferença sexual; e os usos de gênero na construção científica de sujeitos e objetos. O foco neste último abre espaço para estudos multidisciplinares sobre gênero, linguagem e cultura na produção da ciência, consolidando novas perspectivas analíticas (Keller, 1995).

A necessidade de implementação de novas áreas investigativas se baseia no fato de que a tecnologia, assim como a ciência, é vista como um instrumento de dominação masculina sobre a mulher e a natureza (Wajcman, 1995), além de reforçar a dicotomia heterossexual e buscar uma identidade comum ao sujeito feminino, tornando a *mulher* um problema político (Butler, 2010). Alguns dos principais exemplos sobre como a tecnologia reforça os sistemas de gênero estão na divisão sexual do trabalho, em que os artefatos são desenhados para certas funções e habilidades “naturais” do sexo, e na tarefa da reprodução, na qual os artefatos reforçam a exploração patriarcal sobre a mulher, retiram o poder sobre seu próprio corpo e a responsabilizam pelo cumprimento de métodos contraceptivos (Wajcman, 1995).

Além do gênero, esta influência tecnológica também constroi os corpos modernos e os torna artefatos tecnológicos, uma vez que são concebidos como objetos que podem ser transformados a partir da aplicação de ferramentas e técnicas. Um exemplo que reitera esta tese é mencionado por Oudshoorn (1994: 21-23): a ascensão de anticoncepcionais hormonais se baseou em teses binárias defendidas por endocrinologistas das décadas de 1910 e 1920, afirmando a facilidade de criar contraceptivos femininos pelo fato deste sexo ser guiado fisicamente e psicologicamente por hormônios. Junto à retórica liberalizante da pílula contraceptiva, dominante principalmente nas décadas de 1960 e 1970, emerge uma nova questão acerca deste artefato: trata-se de uma escolha que eleva a liberdade ou de uma

forma viesada de controle e normalização que busca disseminar os interesses hegemônicos de certos grupos sociais?

Feenberg (2002: 63) afirma que, dado que a tecnologia não é neutra, mas fundamentalmente viesada em relação a uma hegemonia particular, todas as ações tomadas sob seu domínio tendem a reproduzir esta hegemonia na medida em que o poder exercido pelos grupos dominantes tem uma força relevante no desenho e aceitação das tecnologias. Para isso, o autor (2002: 68) funda sua hipótese na argumentação foucaultiana para corroborar sua tese da não-neutralidade tecnológica; ao considerar que o saber, a verdade, o poder e a tecnologia não são independentes nem livres de valor pois todos têm o homem como objeto de investigação, excluindo, assim, a possibilidade da neutralidade. A tecnologia, em especial, emerge como um mecanismo de domínio social ao auxiliar no exercício do poder através de métodos de controle, normalização e disciplina.

Neste sentido, a pílula anticoncepcional se caracteriza por ser um dentre os vários artefatos técnicos de grande valor político por assegurar a manutenção da biopolítica, reforçando as condições de gênero estabelecidas ao indivíduo feminino por meio de intervenções constantes sobre seu corpo. Os métodos contraceptivos são apresentados como tecnologias que aumentam a liberdade da mulher ao poder escolher livremente seu contraceptivo, mas isto na realidade facilita uma situação em que o controle do indivíduo feminino sobre sua própria fertilidade é substituído pelo controle de organizações de planejamento familiar ou até do próprio Estado, provando que os contraceptivos não são artefatos neutros e se comportam como delegados técnicos: artefatos que são desenhados especificamente para certos fins (Oudshoorn, 1999).

Desse modo, as práticas biopolíticas de cuidado e incremento da vida da população, com atenção especial à promoção da utilidade e docilidade do corpo e gênero feminino, tornam-se potencializadas

e amplamente disseminadas pelo incremento do fator tecnológico, que, livre de sua neutralidade e submetido a interesses sociais particulares, emerge como um instrumento-chave dentro de uma rede de dispositivos de segurança<sup>10</sup>. Caberá a estes dispositivos de segurança atuar como correlatos das práticas biopolíticas, exercendo um conjunto de estratégias que interferem nos processos biológicos da população de maneira indireta (Foucault, 2008). Com a inserção da tecnologia dentro dos dispositivos de seguridade, tem-se a produção de novos sujeitos que não abandonam sua condição de liberdade individual, mas que agora são gerenciados e controlados por meio de táticas que agem sobre sua espécie e condição humana.

### Considerações finais

A construção das práticas biopolíticas, emergentes no século XVIII com vistas ao controle e normalização da população sob o discurso de manutenção e cuidado da produtividade, felicidade e multiplicação dos indivíduos, é reiterada de maneira central na obra de Foucault (2003, 2008, 2010), que coloca junto à biopolítica o dispositivo da sexualidade como seu principal responsável. Sob esta perspectiva, o indivíduo feminino é inserido no centro das preocupações médicas e sociais da *scientia sexualis*, que por sua vez fornece novos papéis à um gênero feminino inteiramente construído e moldado pela dicotomia heterossexual para desempenhar funções restritas à sua condição de *mulher*.

Inserida nesta esfera, a tecnologia exerce uma função central na disseminação e intensificação das práticas biopolíticas sobre a população feminina. Sua intrínseca não-neutralidade é comprovada por sua submissão aos interesses de grupos sociais relevantes,

10 Os dispositivos de segurança estabelecem relações heterogêneas e detêm uma função estratégica. No caso da biopolítica, de regular e gerir o corpo social por meio de técnicas de segurança de controle distintas das disciplinares (Foucault, 2008).

que, por também fazerem parte do desenho de políticas para a vida, atuam de maneira ativa na construção e propagação de artefatos tecnológicos e ideologias direcionadas aos indivíduos femininos, diferenciando-os, segregando-os e controlando segundo ideias hegemônicas acerca da figura cultural que se tornou a *mulher*. Neste sentido, cabe a ela realizar uma série de tarefas específicas, que vão desde o lar até a responsabilidade reprodutiva, de modo a torná-la alvo contínuo da normalização biopolítica ao mesmo tempo em que fornece-lhe o discurso de “autonomia e liberdade”.

Portanto, ao se enriquecer a investigação proposta

por campos como o *gender and science*, ampliam-se novas perspectivas tanto acerca das contribuições da análise biopolítica para o campo CTS, quanto sua interpretação sobre a construção da *mulher* a partir de sua sexualidade e medicalização, reforçando a necessidade de maiores análises críticas da tecnologia e de sua indispensável democratização. Dessa forma, tem-se um novo olhar sobre a população e o indivíduo feminino como sujeitos políticos e alvos de constantes intervenções em suas regularidades, com destaque para a tecnologia como um dos principais responsáveis pela formação de novos padrões de vivência e subjetividade entre os indivíduos.

---

## Referências

- ABBAGNANO, Nicola. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAZZO, Walter. et al. (2003). “Os Estudos CTS”. In: *Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)*. Espanha: OEI.
- BEAUVOIR, Simone de. (2010). *The Second Sex*. New York: Vintage Books.
- BUTLER, Judith. (2010). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, Edgardo. (2009). *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- CUTCLIFFE, Stephen. (2003). “La Emergencia de CTS como Campo Académico”. In: *Ideas, Máquinas y Valores. Los Estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad*. Barcelona: Anthropos.
- FEENBERG, Andrew. (1995). “Technology and Freedom”. In: *Alternative Modernity: The Technical Turn in Philosophy and Social Theory*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- \_\_\_\_\_. (2002). *The Critical Theory of Technology*. New York: Oxford University Press.
- FOUCAULT, Michel. (2010). *História da Sexualidade: A Vontade do Saber*. Rio de Janeiro: Graal. v.1.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.
- KELLER, Evelyn. Fox. (1995). “The Origin, History and Politics of the Subject Called ‘Gender and Science’: A First Personal Account”. In: JASANOFF, Sheila. et al. *Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks: Sage Publications. p. 80-94.
- MACHADO, Roberto. (2009). “Introdução: Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal. p. VII-XXIII.
- MARIANO, Silvana Aparecida. (2005). “O Sujeito do Feminismo e o Pós-Estruturalismo”. *Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC. p. 483-505.
- MATHIEU, Nicole Claude. (2009). “Sexo e Gênero”. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP. p. 222-231.

- OUDSHOORN, Nelly. (1994). *Beyond The Natural Body: An Archeology of Sex Hormones*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (1999). "The Decline of the One-Size-Fits-All Paradigm, or, How Reproductive Scientists Try to Cope With Postmodernity". In: MACKENZIE, Donald & WAJCMAN, Judy. *The Social Shaping of Technology*. Buckingham/Philadelphia: Open University Press. p. 325-340.
- PINCH, Trevor & BIJKER, Wiebe. (2008). "La Construcción Social de Hechos y de Artefactos: o Acerca de Cómo la Sociología de la Ciencia y la Sociología de la Tecnología Pueden Beneficiarse Mutuamente". In: THOMAS, Hernán. & BUCH, Alfonso. *Actos, Actores y Artefactos: Sociología de la Tecnología*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes. p. 19-62.
- ROHDEN, Fabíola. (2009). *Uma Ciência da Diferença: Sexo e Gênero na Medicina da Mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- SCOTT, Joan. (1995). "Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica". *Educação & Realidade*. vol. 20. p. 71-99.
- SISMONDO, Sergio. (2008). "Science and Technology Studies and an Engaged Program". In: HACKETT, Edward et al. *The Handbook of Science and Society Studies*. Boston: The MIT University Press. p. 13-31.
- SWAIN, Tânia Navarro. (2000). "Quem Tem Medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade". In: PORTOCARRERO, Vera. & BRANCO, Guilherme Castelo. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- WAJCMAN, Judy. (1995). "Feminist Theories of Technology". In: JASANOFF, Sheila. et al. *Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks: Sage Publications. p. 189-204.